



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|---|--|
| ☐ Ambiente e Sustentabilidade | ☐ Crítica, Documentação e Reflexão | ☒ Espaço Público e Cidadania |
| ☐ Habitação e Direito à Cidade | ☐ Infraestrutura e Mobilidade | ☐ Novos processos e novas tecnologias |
| ☐ Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

A apropriação do espaço e a construção simbólica – os centros de Palmas – TO

Space appropriation and symbolic constructions – The central áreas in Palmas – TO

La apropiación del espacio y la construcción simbólica - Los centros Palmas - TO

SANTOS, André Luiz (1);

OLIVEIRA, Lucimara Albieri (2);

PEREIRA, Olívia de Campos Maia (3)

(1) Arquiteto e Urbanista, Pesquisador LAU, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil; e-mail: andre.lus@uft.edu.br

(2) Professora e Pesquisadora em Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, Doutoranda FAUUSP, Palmas, TO, Brasil; e-mail: lucimaraalbieri@uft.edu.br

(3) Professora Doutora e Pesquisadora em Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil; e-mail: oliviamai@gmail.com

A apropriação do espaço e a construção simbólica – os centros de Palmas – TO

Space appropriation and symbolic constructions – The central áreas in Palmas – TO

La apropiación del espacio y la construcción simbólica - Los centros Palmas - TO

RESUMO

Este artigo pretende discutir o significado de centro para a população e suas formas de apropriação em paralelo a subcentros na cidade de Palmas – TO, além de discutir sobre a importância do centro projetado na última capital planejada do século XX, levando em conta a importância de áreas centrais para as cidades e a forma de apropriação das mesmas pelo indivíduo – o morador. Trata-se de uma tentativa de se “desprender” da visão técnica de arquiteto e urbanista para buscar entender a “vida” de um lugar, e responder algumas de suas questões, como a falta de uso para o lazer e cultura, além do “abandono” em períodos que não representem o horário comercial, transpondo ao meio urbano. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas, levantamentos documentais e de campo, entrevistas com usuários das quadras e leitura participativa. Desta forma, foi possível construir um diagnóstico sobre os problemas e potencialidades que a área central da capital tocantinense possui e o porquê de seu esvaziamento em períodos noturnos e aos finais de semana.

PALAVRAS-CHAVE: centro urbano, apropriação, simbolismo

ABSTRACT

This paper intends to discuss the meaning of the central areas for the inhabitants and their way of appropriation, at the same time discussing Palmas's sub-centers. It also discusses the importance of the intended center of the last planned capital in the 20th century, considering the importance of the central areas to the cities, and the forms of its appropriation by the individuals – the residents. It is an attempt of letting go of the technical vision of an architect, searching for the comprehension of the “life” of a place, and answering some of its questions, such as the lack of spaces destined to leisure and culture, besides the seeming “abandon” in periods of times other than the commercial hours, translated to the urban environment. Therefore, bibliographical research, documental and field surveys, interviews with local habitants and participatory reading were made in order to build a diagnosis of the problems and potential of the central area of the capital of Tocantins, and find out why it gets empty at night time and in the weekends.

KEY-WORDS: urban center, appropriation, symbolism

RESUMEN

Este artículo aborda el significado del centro de la población y de sus formas de propiedad en paralelo a los sub- centros en la ciudad de Palmas - TO, además de discutir la importancia del centro proyectado en la última capital planificada del siglo XX, teniendo en cuenta la importancia de la áreas centrales hacia las ciudades y la forma de propiedad de la misma persona - el residente. Este es un intento de “aflojar” la visión técnica del arquitecto y urbanista para tratar de entender la “vida” de un lugar, y responder algunas de sus preguntas, como por ejemplo la falta de uso para el ocio y la cultura, más allá de “abandono” en períodos que no representan las horas de oficina, de cruzar el medio ambiente urbano. Con este fin, se realizaron búsquedas en la literatura, estudios documentales y de campo, entrevistas con los usuarios y la lectura participativa de los bloques. Por lo tanto, era posible construir un diagnóstico de los problemas y las potencialidades que la zona central de la capital de Tocantins tiene y por qué su vaciado en los turnos de noche y fines de semana.

PALABRAS-CLAVE: centro urbano, la apropiación, el simbolismo

1 A CIDADE E SEU CENTRO

Partir do princípio que uma cidade ao longo do tempo vai se modificando em função dos elementos e da estrutura social que a constituem, sejam estes relativos às pessoas, a cultura ou o espaço físico, é afirmar que não há análises urbanas simples ou definitivas. A complexidade faz parte do objeto e desta forma, mostra que suas relações internas são tramas complexas e muitas vezes de difícil compreensão. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é entender a importância dos centros urbanos discutidos através do olhar do indivíduo, utilizando do senso crítico do arquiteto urbanista a ponto de alcançar através de levantamentos técnicos, bibliográficos e entrevistas com moradores, um diagnóstico que vise a apropriação do centro projetado da cidade de Palmas – TO.

O espaço, com suas dinâmicas, são moldados pelos moradores que deixam neles a identidade que os visitantes vêem. É o indivíduo, ator do cotidiano, que imprime as características culturais de determinada sociedade ao longo do tempo e a forma de sua interação com o espaço. Se levarmos em conta a cultura local, é possível perceber que esta influenciou, às vezes de forma determinante, a configuração sócio-espacial tanto em períodos importantes da humanidade em grandes civilizações quanto em espaços banais do cotidiano.

Muito se fala na configuração morfológica das cidades e em seus processos de (re)produção ao longo do tempo. Todavia, é preciso levar em conta que seu elemento principal é o morador – o indivíduo. É para o indivíduo que ela existe, para abrigá-lo e abrigar os serviços que o atendem, para que as necessidades diárias de trabalho, lazer e socialização sejam atendidas em uma complexa relação social. O espaço é formado acima de tudo, pela integração de pessoas.

Esta integração e convivência entre indivíduos, muitas vezes não recebe a importância devida. É mais fácil lidar com números, desenhos, prédios ou vias para o tráfego enquanto técnicos, do que interpretar as informações disponíveis para uma leitura do humano, de forma a entender seu comportamento no âmbito público.

O indivíduo é o grande responsável pelos conflitos, políticas e costumes, influenciado pela situação de pobreza ou possibilidade de enriquecimento financeiro, troca de experiências e relações socioculturais adquiridas ao longo do tempo, questões que afetam a forma de ser da cidade. O entendimento de pertencimento a um lugar sentido pelo indivíduo passa pelas formas de apropriação e caracterização urbanas estudadas e exemplificadas por autores como Jacobs, Lynch, Alexander e Cullen.

A sociedade capitalista é movida pelo trabalho (produção, circulação, consumo) visando a acumulação de capital, que tem levado a uma massificação cultural que gera alienação (JAMESON, 2001). No entanto, os valores intangíveis, como o bem-estar enquanto caminha, a possibilidade de se conversar pela manhã ou olhar uma paisagem, elevam o sentido da vida e enaltecem a existência humana através de uma resistência ao padrão hegemônico (SANTOS, 1994).

O objetivo dos espaços públicos deve ser o de investir no bom relacionamento entre os cidadãos. A cidade deve ser para as pessoas, um lugar que possibilite as interações e os relacionamentos interpessoais.

Os sistemas de espaços livres urbanos são claro exemplo da diferença entre o espaço concebido, o percebido e o vivido, que compõem a tríade lefebvriana. O espaço proposto pelos técnicos (espaço concebido) isoladamente, idealiza sua futura apropriação, ainda que por vezes de maneira equivocada, pois o espaço livre vivido se transforma, transgredindo planos inicialmente estabelecidos pelo Estado e pelos agentes imobiliários. (QUEIROGA, 2012)

Uma cidade, independente de sua escala, é dividida em partes de convívio público proporcionando (ou não) relações entre indivíduos. Esta proximidade e ligação interpessoal entre moradores de uma determinada área podem ser proporcionadas e/ou delimitadas por uma rua, um conjunto de casas, ou mesmo um bairro. Segundo Lynch (1997, p. 74), “os bairros são áreas relativamente grandes da cidade, nas quais o observador pode penetrar mentalmente e que possuem algumas características em comum”. Para o autor, os bairros também podem ser reconhecidos internamente, e até mesmo usados como referências externas (àqueles que não residem nele, mas são moradores da mesma cidade), por exemplo, quando a pessoa passa por eles ou os atravessa.

Para que o indivíduo se aproprie do espaço ele precisa confiar no mesmo. Não há uso sem segurança nem segurança sem uso, é uma relação de interdependência. Segundo Jacobs (1961, p. 30) “não é preciso haver muitos casos de violência numa rua ou num distrito para que as pessoas temam as ruas. E, quando temem as ruas, as pessoas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras”. As pessoas criam imagens de insegurança de espaços que encontram resistência em serem apagados quando necessário. As ruas movimentadas muitas vezes transmitem mais confiança ao usuário, porém nem sempre são seguras e em certos casos, o risco de sofrer com a violência é ainda maior.

Em se tratando de centro de uma cidade, historicamente este sempre teve importância de representatividade muito grande. Desde a Grécia antiga, a ideia de centro e de reunião do povo em um local definido já poderia ser exemplificada, uma vez que era comum os moradores se reunirem em torno dos edifícios de maior relevância para discutirem temas pertinentes ao seu tempo e espaço.

É tendência em todo o mundo contemporâneo que os governos tentem reduzir os custos ao máximo e assim priorizarem outras questões que possam ser mais relevantes à gestão, em um processo de otimização de gastos. Ainda que os investimentos em obras deste porte tenham diminuído com o passar dos tempos, pode-se dizer que a necessidade que cada governo tem de aumentar a representatividade em suas gestões cresceu na mesma proporção.

Em se tratando de um espaço de grande referência para o Poder e para a população em geral, devido ao seu caráter simbólico, o centro de uma cidade segue esta realidade. Desta forma, é indiscutível a importância do estudo da sua história, a forma como o governo administra a cidade e as condições geográficas em que este centro está inserido.

A área central tende a ser seu “coração”, sua “alma” geralmente é o ponto de início da malha urbana, onde que se concentram marcos históricos da sua formação que trazem carga aos moradores. Desta forma, cria-se no indivíduo a sensação de representatividade e consequente “pertencimento” ao centro, ainda que more longe. Sob este aspecto pode-se dizer que o centro é mais que um espaço físico, é um local de domínio público, de uma complexa configuração sócio-espacial.

O sentido de pertencimento do indivíduo a um espaço se dá pela formação de imagens, pelo acúmulo de fatos e relatos que fazem com que nossa mente crie instintos de familiaridade e proximidade com o lugar. As imagens “situam-nos no espaço; o que nos permite compreender o que nos rodeia, [...] apropriarmos-nos das coisas, orientarmos-nos, sentirmos-nos seguros e enraizados” (PEREIRA, 2013, p. 24).

Mas não só de ligação com a história do lugar se cria a imagem, esta se forma também através das vivências de cada um. Experiências que o indivíduo vive e ultrapassa os limites físicos – as

lembranças.

Fazendo uma livre leitura do ser humano, vemos que sua personalidade é formada por diversos fatores, por exemplo, a criação, o nível intelectual, as experiências vividas, as histórias ouvidas, as emoções e sentido de liberdade, as interpretações subjetivas, etc. Se para muitos a cidade é um organismo vivo, como defendem Alexander (2006), Santos (1988), entre outros, então a mesma possui uma personalidade, uma identidade própria, uma alma.

A cidade por si só, não cria um histórico, nem guarda lembranças para construir sua imagem, é necessário outro elemento, tão essencial quanto sua própria estrutura física, o morador. Segundo Ribeiro (2006, p. 11):

[...] a memória coletiva [...] constitui-se num instrumento de construção e desvendamento do presente articulando e compondo uma memória coletiva a partir de uma seleção social dos acontecimentos do passado.

É das pessoas a responsabilidade de “criar”, ainda que subjetivamente, a imagem da cidade, que por sua vez, diferentemente da imagem individual – aquela que cada um tem para si de um determinado assunto ou objeto – é mostrada para o meio externo. É esta a imagem que visitantes enxergam ao “viverem” o espaço. Para Lynch (1997, p. 57), “parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de imagens de muitos indivíduos”.

2 CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE URBANA DO CENTRO DE PALMAS – TO

Segundo Velasques (2010), após décadas de tentativas, a luta separatista da porção norte do estado de Goiás para a criação do estado do Tocantins conseguiu em 1988, com a elaboração da Constituição Federal do Brasil, institucionalizar o novo estado com a criação de uma nova cidade para sediar a capital.

Palmas, para os seus idealizadores, é um barco onírico navegando no tempo do desejo. Sintetiza a luta de emancipação do Estado do Tocantins, cobrindo o passado recente de sombras, reduz às cinzas a lembrança do atraso, da solidão, da pobreza [...]. O esforço constantemente reiterado põe em marcha uma memória para o futuro. A insurreição de um passado distante, tão heroico quanto fabuloso, burla a modernidade que se quis alcançar – a modernidade como antônimo do sertão – essa modernidade talvez tenha chegado tarde demais: quando o próprio moderno parece ter envelhecido. (SILVA, 2008)

Fundada em 20 de Maio de 1989, e localizada no centro geográfico do recém-criado estado, Palmas já surgia com grande importância no cenário nacional por se tratar de uma nova capital (a primeira no Brasil pós-Brasília). Segundo GRUPOQUATRO (1989), a cidade foi planejada tanto visando sua instalação imediata quanto a expansão ao longo do tempo dando diretrizes de planejamento e definindo a malha urbana para a ocupação futura.

Ainda segundo GRUPOQUATRO, foi previsto por seus autores, os arquitetos Luiz Fernando e Walfredo Antunes, que o projeto comportasse no ano de 2010 até meio milhão de habitantes em uma área equivalente a 1/3 (aproximadamente) de toda a extensão urbana atual. Com a ocupação desordenada e a falta de controle por parte do Estado (por vezes intencional), a área do plano foi ocupada de maneira fragmentada e dispersa, acarretando em baixa densidade populacional e grandes vazios urbanos.

Palmas é uma cidade repleta de especificidades, uma cidade criada do nada, projetada para se tornar uma capital estadual em meio ao cerrado brasileiro, porém suas diferenças em relação a outras cidades não estão somente no fato de ser projetada e implantada como sede administrativa; destaca-se também sua ocupação.

O projeto foi concebido com largas avenidas e uma malha ortogonal que define unidades de vizinhança, chamadas quadras, como se fossem pequenos bairros. O plano urbanístico da capital, que deveria abrigar meio milhão de habitantes (no mínimo), não chegou a este número. Atualmente Palmas possui 228.332 hab. (IBGE, 2010), porém aproximadamente 51% desta população não reside na cidade projetada morando na chamada “Palmas Sul”, área que surgiu para abrigar os trabalhadores da construção civil que vieram no início da implantação da cidade.

Figura 1: Delimitação do Plano Urbanístico (cidade projetada) e Palmas Sul.



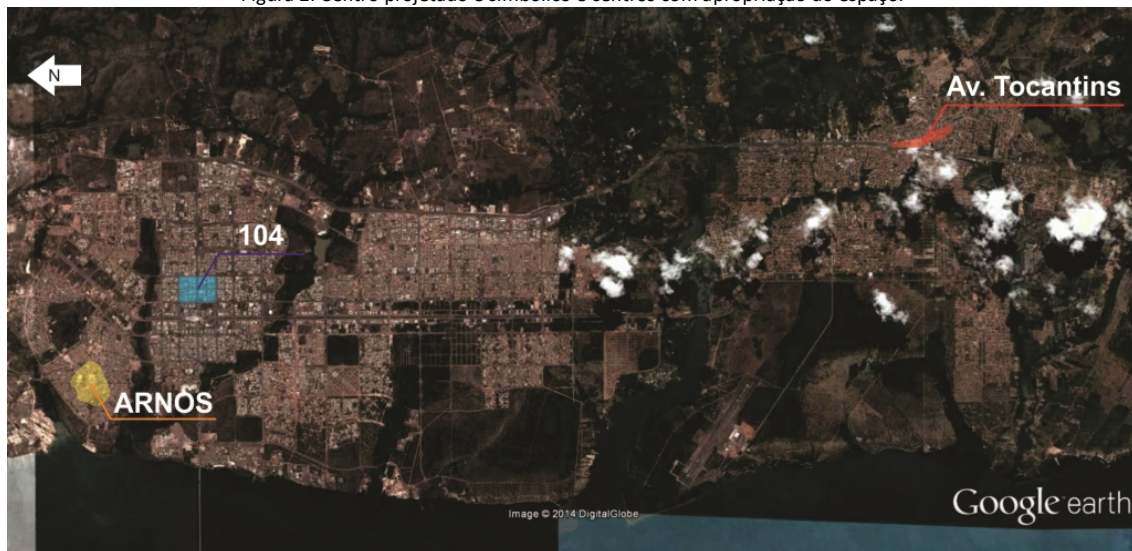
Fonte: Autores, 2014 sobre Google Earth, 2013.

A região de Palmas Sul (Figura 1), por si só, já poderia ser um distrito independente, se levado em conta a distância em relação ao centro projetado, quantidade de moradores, comércio e serviços existentes. A população que ali reside não precisa “ir ao centro” (Plano Urbanístico) para fazer compras, ou para serviços bancários, por exemplo. A dependência¹ com a cidade projetada está na oferta de empregos, nos serviços administrativos municipais, central de transportes coletivos, estudos de nível superior, refletindo o baixo nível de investimentos na região. Todavia, o foco deste trabalho é apenas apresentar a importância de Palmas Sul no contexto abordado e perceber que, por se tratar de uma área com tamanha expressividade, a região dos setores Taquari, Taquaralto, Aurenys, e outros tantos setores que formam Palmas Sul, “criaram seu próprio centro”.

Como apresentado, um “centro” como espaço de troca de experiências e apropriação pelo usuário, não depende unicamente do desenho urbano, mas principalmente da relação de pertencimento dos moradores com a área. A Av. Tocantins (Figura 2), no setor Taquaralto (Palmas Sul), é um exemplo claro da representatividade que um lugar pode ter para seus moradores. A grande movimentação e a concentração de pessoas com os mais diferentes objetivos e “classificação social”, além da agitação que o comércio dá ao local, transformam a rua em um subcentro para a capital.

¹ Esta análise foi possível graças a aplicação dos questionários qualitativos aplicados com 40 pessoas, entre usuários e comerciantes nas quadras 104 Norte e Sul, onde foram interrogados sobre a importância do centro de forma individual e coletiva. Também foram realizadas pesquisas na legislação pertinente ao município e com relação ao projeto original da cidade.

Figura 2: Centro projetado e simbólico e centros com apropriação do espaço.



Fonte: Autores, 2014 sobre Google Earth, 2013.

Em Palmas, é possível observar com clareza a constituição de diferentes centros. Dentre eles, se destacam dois tipos (CASTELLS, 2009):

- O centro projetado (simbólico), imposto pelo projeto da cidade e localizado próximo a sede administrativa estadual, Praça dos Girassóis (Quadrado 104);
- O centro das relações sociais: ARNÓs e Palmas Sul, resultado da construção coletiva e da apropriação pela população. A Av. Tocantins (em Palmas Sul) fica a aproximadamente 20 km de distância das quadras 104 (centro projetado). Todavia este “isolamento territorial” não justifica por si só a criação de um “novo centro” ou de um subcentro dentro da cidade. É possível perceber que dentro do plano urbanístico também existe uma região onde há grande centralidade², além de densidade populacional maior do que o restante do plano, chamada região das ARNÓs (Área Residencial Noroeste). Neste local, os moradores passam por situações parecidas com Palmas Sul, onde dependem também da oferta de empregos e serviços oferecidos no centro. As ARNÓs se enquadram na macromalha do plano, com largas avenidas e traçado basicamente ortogonal, porém o projeto original no interior da quadra foi subvertido para abrigar lotes menores, aumentando sua densidade e suas relações de vizinhança³.

Em Palmas Sul, a falta de um projeto rígido colaborou para que o seu subcentro fosse construído de maneira coletiva através da apropriação das pessoas, dando dinamismo e promovendo a interação entre os indivíduos. O coletivo é respeitado e a relação comércio-residência é pacífica e de interdependência. Este processo é definido por Jacques (2010) como micro-resistência, isto porque a cidade exclui determinadas áreas dos holofotes, da visibilidade de pessoas externas a ela, sendo assim, a população se encarrega de “abraçar” o lugar e de preservar esta cidade escondida, oculta e apagada.

A população de Palmas deu a estas três áreas *status* de centro e em alguns casos, chegam a considerar os subcentros norte e sul como mais importantes enquanto espaço de relações

² Entende-se por centralidade o poder de atração de pessoas e, consequentemente, de mercadorias, gerando fluxos intensos.

³ A atual configuração da região da ARNÓs é fruto de uma invasão por população de baixa renda, colaborando para que os laços entre seus moradores se estreitassem devido ao histórico de luta pela terra urbana.

sociais (CASTELLS, 2009) que o “centro criado” pelo projeto. Estes subcentros possuem as características enumeradas por Cullen (1971, p. 25) que defende que um “abrigo, sombra, conveniência e um ambiente aprazível são as causas mais frequentes da apropriação do espaço, as condições que levam à ocupação de determinados locais”. Quando estes fatores se associam ao contato defendido por Jacobs (1961) e as relações de troca que acontecem nas ruas e calçadas, a dinâmica urbana se diferencia e se torna atrativa e rica.

Os espaços públicos tem se tornado cada vez mais “não públicos” com a espetacularização urbana, ou seja, aquilo que a cidade quer exibir ao mundo como imagem. É neste contexto que surgem as micro-resistências e é através delas que os espaços públicos luminosos são tirados da esfera do sagrado, do consumo e da exibição espetacular, sendo então devolvidos ao uso comum do indivíduo (JACQUES, 2010).

O espaço público se tornou mercadoria. Porém “o espaço em movimento não está ligado somente ao próprio espaço físico, mas, sobretudo ao movimento do percurso, à experiência de percorrê-lo, é diretamente ligado a seus atores” (JACQUES, 2010, p. 112). Sendo assim, o espaço público, aquele que está além dos muros e grades das residências, seja ele rua, praça ou calçadas, é dependente do indivíduo. Se excluirmos os atores (usuários, comerciantes, residentes, mendigos, prostitutas, etc.) destes espaços, teremos então um “falso cenário”, uma imitação de espaço público que na verdade segrega e limita o tipo de usuários que utilizará este lugar.

De forma geral, pode-se observar que a importância do centro projetado para a cidade de Palmas é grande e tem influências diretas no cotidiano da população. Trata-se do local com maior concentração de comércio e serviços de toda a área urbana projetada, além de um grande número de equipamentos institucionais. Há também de se levar em conta o peso simbólico que a área exerce para a população, causado não só pela paisagem resultante do projeto, como também pela presença do aparato da gestão pública neste local e à valorização de seus lotes no mercado imobiliário.

Interessante neste ponto, dizer que ainda que este centro projetado esteja estruturado no cruzamento de dois eixos (vias), um no sentido norte-sul (Av. Teotônio Segurado) e outro no sentido leste-oeste (Av. JK), na opinião da população, sua porção leste é mais representativa enquanto centro. O mesmo acontece com a Av. Teotônio Segurado, sua porção norte é tão pouco referenciada, que é como se esta se constituísse apenas de sua porção sul. Inferimos isto a uma representação simbólica por parte do indivíduo com o traçado urbano da cidade, onde a Praça dos Girassóis, no encontro das duas vias seria uma forma de separar as porções da cidade, enfatizando a área de destaque (leste e sul).

Figura 3: Área considerada como centro – pela população – no plano urbanístico da capital



Fonte: Autores, 2014 sobre Google Earth, 2013.

O acesso fácil, as dimensões amplas das vias e a concentração de comércio e serviços importantes são atrativos para o uso da população. Porém, estas mesmas características não atraem a população para o uso de lazer e fruição, fazendo com que a escala monumental, e não humanística, do centro iniba sua apropriação. Não há uso social para troca, convívio ou atividades de lazer que façam da área um centro como “pretendido no projeto original”.

A falta de moradores nas quadras também influencia no problema de “abandono” ou de não identificação com a área. Há poucas pessoas nas ruas e durante a noite e fins de semana o movimento nas mesmas é raro e bastante pontual, concentrando-se em comércios e serviços específicos.

Não se deve culpar apenas o projeto urbanístico com traçado rígido das quadras, com suas largas avenidas (característica que se observa em toda a cidade), usos exclusivos para o comércio e traçado pré-estabelecido sem construção coletiva – até pelo fato de que no momento de sua concepção, os autores do projeto estavam criando uma nova realidade, a cidade surgiria do zero, sem identidade e sem população definida, era uma cidade do “tempo ausente⁴” (SILVA, 2008). A forma de ocupação e as várias gestões que incentivavam a expansão desordenada e o baixo adensamento da cidade também influenciaram – talvez até mais que o próprio projeto – em como a área, antes pensada como o grande centro, acabou se configurando atualmente: um centro simbólico, porém sem vida pública coletiva.

A escala monumental de suas grandes avenidas agrava a falta de identificação do indivíduo com a área, uma vez que ele não se sente “acolhido”, muito menos faz parte do ambiente. Essa escala pode fazer com que a pessoa se sinta apenas mais uma peça da cidade, um mero instrumento de trabalho, e não parte do organismo vivo na dinâmica que colabora com a produção do espaço, inserido em um complexo sistema de relações sociais.

Em cidades mais antigas, que não tiveram sua origem nos planos e projetos realizados por

⁴O tempo ausente [...], não é um tempo abolido, mas sim um tempo que espera para “acontecer”, que espera para transcorrer (SILVA, 2008, p. 33).

urbanistas, mas sim de uma realidade que foi se tornando complexa, muitas vezes orgânica e sem projeto prévio, o histórico de formação contribui significativamente para a identificação da população com o centro (área que – salvem-se raras exceções – representa o início da malha urbana) e faz com que ela própria se aproprie dele, criando espaços simbólicos, de permanência e de convívio. No caso de Palmas, a cidade não teve o centro (planejado) ocupado prioritariamente, ao contrário, áreas que deveriam ser ocupadas futuramente, acompanhando o crescimento demográfico, foram habitadas antes da área central. Este distanciamento interfere na “apropriação” do centro tanto quanto o traçado monumental ou os usos exclusivamente comerciais dos terrenos disponíveis, pois afastaram as pessoas da região central.

Vale pontuar que as áreas onde a ocupação subverteu o plano, como a região das ARNOs e Palmas Sul, possuem forte identidade, abrigando moradores de diversas partes do país que construíram um valioso senso de vizinhança e criaram seus próprios centros ou sub-centros.

3 DESCOBERTAS E CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENTRO DE PALMAS – TO

Trabalhar com a cidade de Palmas é sempre um desafio, pois há dificuldades de se encontrar casos semelhantes para comparações. Conta com uma história recente, uma vez que a capital possui pouco mais de vinte anos, ocasionando ausência de estudos comparativos mais precisos e detalhados; além disso, há muita burocracia para se ter acesso a documentos que possam auxiliar no diagnóstico de problemas urbanos. Talvez o fato de ser uma cidade jovem seja o principal desafio para se realizar estudos relativos a ela.

O que se vê é uma cidade com identidade em construção, com histórico frágil que não se conecta com as proposições iniciais dos autores do projeto e/ou as intervenções realizadas pelas diversas gestões. Para se realizar um resgate é preciso que haja identificação dos indivíduos com um lugar e construção de seus vínculos ao longo do tempo.

Um trabalho tão complexo como este exige um detalhamento muito maior com foco no indivíduo, algo que pôde se iniciar de forma tímida no corpo desta pesquisa, porém já é possível afirmar que Palmas, por mais significativas e algumas vezes “desesperadas” tenham sido as tentativas de se “criar” um histórico e principalmente de representá-lo no seu “centro criado”, o centro projetado, estas foram frustradas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade de uma cidade está sujeita a ações do tempo, do homem e do período histórico pelo qual está passando. Nada é estático. Tudo se transforma, passa a ser melhor compreendido. O espaço adquire formas nem sempre físicas, às vezes na memória ou no imaginário, mas facilmente perceptíveis nos relatos do indivíduo.

Uma área está diretamente ligada àquele que a usa. O contato, a proximidade, a sensação de segurança, as experiências vividas, são fatores que afetam o uso e o “domínio” de um espaço.

Entender que o centro de uma cidade está historicamente ligado à identidade da mesma é saber que este não pode ser “criado” ou “imposto”, o centro deve ser construído pelo coletivo, pelas memórias. É desta frágil relação entre o desenho urbano e o usuário que se têm início o sucesso ou o fracasso do lugar.

Palmas surgiu sem histórico nem moradores, ruas foram abertas para uma nova cidade. Mesmo com idealizações de cenários perfeitos, onde todos viveriam próximos e em comunhão, as transformações aconteceram inclusive da sua implantação e resultaram em uma realidade bem diferente daquela pensada inicialmente: um centro atualmente marcado pela movimentação financeira em horário comercial e praticamente abandonado nos outros períodos; uma cidade esparsa, onde poucas pessoas utilizam o potencial existente da área central; existência de subcentros com mais representatividade para os moradores do que o próprio centro projetado.

Todavia, ainda é possível que Palmas tenha um centro dinâmico e rico. A possibilidade de participação do indivíduo na construção da cidade e a criação de mecanismos que permitam o uso contínuo do espaço em horas e por públicos distintos podem, ao invés de mascarar com um falso histórico, mostrar que Palmas é uma cidade jovem, com moradores de diversas partes do país e que merecem atenção.

A tentativa deste trabalho foi mostrar que as diferenças estão em todos os lugares e que não se pode criar uma realidade, esta é fruto do convívio, da interação e da construção coletiva ao longo do tempo. A capital tocantinense ainda está longe de se tornar o ideal desejado por tantos teóricos, mas já pode ser aquela desejada pelos seus próprios moradores.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, C. *Uma cidade não é uma árvore*. Architectural Forum, vol. 122, nº1, 1965.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CULLEN, G. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- GRUPOQUATRO. *Memorial do projeto da capital do estado do Tocantins: Palmas/Plano básico*. Goiânia, 1989.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JACQUES, P. B. Zonas de Tensão: Em busca de micro-resistências urbanas. In: BRITO, F. D.; JACQUES, P. B. (org). *CORPOCIDADE : Debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 107 – 119.
- JAMESON, F. *A cultura do dinheiro : ensaios sobre a globalização*. Petrópolis : Vozes, 2001.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- QUEIROGA, E. F. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo*. São Paulo : USP/FAU, 2012.
- RIBEIRO, W. *Requalificação de áreas centrais no Brasil : O global e o local*. Sevilha, 2006.
- SANTOS, C. N. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SILVA, V. C. P. *Girassóis de pedra: imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo*. Presidente Prudente: UNESP, 2008.
- VELAQUES, A. B. A. *A concepção de Palmas (1989) e sua condição moderna*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2010.